

Francisco Emanuel Matos Brito

*Mestre em Sociologia e Professor da
área de concentração em Política e
Desenvolvimento Rural do Mestrado
em Agronomia da UFBA
e técnico da CAR.*

61
*Raízes,
Ano XVII,
Nº 16,
março/98*

Meio Ambiente e Região: Em Busca da Sustentabilidade Comprometida

Nunca se ouviu falar tanto a respeito dos problemas acarretados pelo modelo de desenvolvimento econômico dominante, da necessidade de preservação do meio ambiente e da urgente melhoria das condições de vida da população. Entretanto, assiste-se na mesma proporção à continuidade da concentração da renda, o aumento da degradação ambiental e o agravamento das condições de vida da população.

Nas últimas décadas deste final de século, observa-se mudanças de natureza sócio-econômica e política verificadas no âmbito da conformação de uma “nova ordem mundial” que consiste, dentre outros, nos aspectos seguintes: reestruturação das relações Norte-Sul (países ricos – países pobres); crise dos paradigmas e das utopias; globalização do mercado e competitividade; questões postas pela tecnologia e pelas novas formas de organiza-

ção do trabalho; formação dos blocos econômicos; surgimento da onda neoliberal – que preconiza o estado mínimo e declara a falência do planejamento governamental; emergência da problemática ambiental colocando em questão a maneira como tem se processado o desenvolvimento econômico baseado fundamentalmente em um sistema de valores estritamente industriais que tem colocado em risco os limites ecológicos do planeta.

Vale lembrar que, há 40 anos, a intervenção governamental, traduzida na ação planejada do desenvolvimento regional nordestino, pautou-se pela criação de um aparato institucional e pela implementação de mecanismos de financiamentos e de programas que, neste período, ocasionaram significativas transformações relacionadas à instalação de um complexo petroquímico-industrial, à ampliação da infra-estru-

tura, e à modernização da agricultura regional; ao mesmo tempo, tal intervenção apresentou uma série de problemas sociais e ambientais.

O aparecimento da crise de recursos em meados dos anos 80, enquanto elemento impeditivo da continuidade do crescimento econômico, além de colocar em xeque o papel tradicional do Estado empreendedor, acarreta o seu desmonte por intermédio do enfraquecimento e até mesmo extinção de algumas instituições-chave, deixando patente o desgaste do modelo de planejamento e das políticas de desenvolvimento regional implementadas durante quatro décadas.

Mesmo assim, pode-se afirmar que ainda cabe ao Estado o desempenho de uma dupla função: por um lado, propiciar as condições necessárias ao processo de acumulação; e, por outro, buscar

frequentemente se legitimar diante dos atores sociais através da implementação de políticas que façam alguma alusão à justiça social (O'Connor, 1977). Entretanto, esta capacidade de provedor de políticas econômicas e sociais vem sendo cada vez mais restringida devido às crises enfrentadas pelo Estado, provocadas, cada vez mais, pela globalização da economia e pelos problemas ambientais.

Este acúmulo de problemas de caráter econômico, social e ambiental colocou em questão a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento implementado até então, baseado na razão instrumental (Habermas, 1991) que, além de preconizar a mercantilização generalizada, inclusive em relação aos homens e outros seres vivos, tem, na ciência e na técnica, suas manifestações concretas e elementos vitais na manipulação e exploração da natureza.

Assim, diante da irracionalidade do estilo de desenvolvimento e do convencimento na perda de capacidade do Estado Moderno (enredado em suas crises) para solucionar os problemas daí decorrentes, surgem as chamadas ONG's – Organizações Não Governamentais, enquanto expressão de canais alternativos de mobilização e expressão de determinados grupos sociais ligados, dentre outras, às questões ambientais, políticas e sócio-econômicas.

Não é sem razão que, ligadas a esta problemática, crescem a notoriedade e influência do conceito de desenvolvimento sustentável, enquanto processo de mudança social e elevação de oportunidades da sociedade, compatibilizando no tempo o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações.

Tal idéia, força originária da Conferência de Estocolmo, publicada em 1987 no relatório Brundtland e consolidada na ECO-92, vem despertando o interesse de atores sociais vinculados ao campo político institucional a exemplo de órgãos governamentais, empresários, agências internacionais e organizações não governamentais.

Por mais paradoxal que possa parecer e para desapontamento daqueles que advogam a existência de um estado mínimo com a primazia do mercado, o desenvolvimento sustentável requer um Estado com presença forte, não só para legislar e monitorar com eficácia os problemas ambientais, mas também para demandar uma nova forma de ação governamental; a implementação deste novo processo de desenvolvimento regional – referenciado nas demandas de estabilidade, competitividade econômica e equidade social – deverá despojar-se de antigas posturas relacionadas ao clientelismo e à exclu-

são de significativas parcelas da população, a fim de tornar-se economicamente eficiente, socialmente justa, ambientalmente responsável e politicamente fundamentada na participação social.

Deve-se chamar atenção para o fato de que o conceito de desenvolvimento em sua mais recente adjetivação (“sustentável”), expressa algum consenso em torno da idéia geral de compatibilização entre a qualidade ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico e muito dissenso prático traduzido no conflito de interesses entre os atores sociais participantes do campo político (Bourdieu, 1989). O campo político é o lugar onde se desenrola a luta de interesses dos atores sociais que, utilizando as mais variadas estratégias, buscam alcançar uma posição de hegemonia e, a partir daí, orientar o processo de desenvolvimento segundo seus interesses.

Resultante deste embate, pode-se ter, dentre outras, desde a implementação de uma proposta de desenvolvimento sustentável – que represente apenas uma limitação de caráter ambiental ao “velho” desenvolvimento em curso para tudo continuar como está – até mesmo, com menor probabilidade, uma proposta que represente uma visão radical de desenvolvimento que, além de contemplar a questão ambiental, vá fundo na busca da promoção de justiça social e no enfrentamento da exclusão e da miséria.

Chapada Diamantina: potencialidades e limitações

Diante deste novo quadro, o desafio colocado, não só para a Chapada Diamantina como para qualquer outra região, está em compreender e pôr em prática esta nova reconceitualização do desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário que as regiões deixem de lado a tradicional condição de passivos receptores de investimentos públicos, na forma de polpidos subsídios cada vez mais raros (em razão da crise financeira do Estado), e passem a mobilizar cada vez mais a sua população nas empresas e entidades representativas, buscando a qualificação das instituições públicas; com isto visarão não só obter condições de competitividade, como também, solucionar os graves problemas ambientais e sociais (pobreza, fome, desemprego), autênticos flagelos regionais.

Embora demande algum tempo, esta mudança na postura das regiões é tão inevitável quanto necessária. Apesar da constatação de que novos ventos começam a soprar na Chapada Diamantina, a grande tarefa deste trabalho é mostrar se os atores sociais, sobretudo as elites regionais, segundo seus próprios contextos culturais, reconhecerão essa mudança e por ela irão trabalhar ou se continuarão tentando suprimir seus sinais cada vez mais pulsantes de vitalidade.

A Chapada Diamantina situa-se no centro do território baiano, é composta por 33 municípios distribuídos numa superfície de 42 mil km² com uma população aproximada de 500 mil habitantes, concentrados predominantemente na zona rural (73%).

A constituição da Chapada Diamantina como região guarda estreita ligação com a atividade mineral iniciada no século XVIII, traduzida na exploração do ouro e do diamante, que perdura até hoje inscrita no rico acervo arquitetônico, na produção artesanal e na “mentalidade garimpeira” associada à dilapidação dos recursos naturais desta área ao longo do tempo.

O esgotamento do ciclo da mineração – que durou quase 125 anos, definiu os contornos espaciais da Região e proporcionou grandes fortunas para uma aristocracia sertaneja – fez com que a Chapada passasse a viver um período de estagnação econômica e a ter uma importância periférica no conjunto das regiões do Estado.

Somente a partir da década de 70, com a construção das rodovias federais BR-116 e, principalmente, da BR-242, verificaram-se impactos portadores de mudanças regionais que se irradiaram para fora da Chapada Diamantina, em função da conexão com a região Oeste e o Planalto

Central do país, possibilitando o escoamento da produção de grãos dos cerrados e, subsidiariamente, o desenvolvimento do turismo interno.

Com a realização destes investimentos estruturantes, a Chapada voltou a se mover economicamente depois de largo tempo de letargia, pois além de desempenharem um papel importante na reorganização territorial da região, eles também criaram as condições para a atração de atividades produtivas modernas, a exemplo da cafeicultura empresarial, da horticultura e fruticultura irrigadas, da mineração em escala industrial, e para a redinamização da atividade turística.

Os estudos efetuados revelaram que os investimentos capazes de retirar a Chapada Diamantina da condição de Região periférica devem ser canalizados para os quatro principais vetores de desenvolvimento: o agropecuário, articulado ao complexo agro-industrial e à agricultura familiar; o turismo, operado através da modalidade ecológica e histórica; a mineração, explorada pelo setor de rochas ornamentais; e a infra-estrutura básica, dirigida para a construção de vantagens competitivas e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Com respeito à agropecuária, pode-se afirmar que o potencial hídrico, as condições climáticas e a qualidade dos solos da Chapada asseguram amplas possibili-

dades de incremento e diversificação da agricultura irrigada e da instalação de complexos do *agri-business*; isto porém conquanto sejam realizados investimentos para a modernização da infra-estrutura básica, traduzida na gestão eficiente dos recursos hídricos e na expansão da matriz energética regional, envolvendo a geração e distribuição de energia e racionalização de seu uso.

Em meados dos anos 70, os empresários ligados à cafeicultura tiveram como fatores de expansão dos seus negócios a criação da infra-estrutura viária e, sobretudo, mecanismos de acesso ao crédito subsidiado e à assistência técnica do IBC – Instituto Brasileiro do Café, aliados a um mercado de terras com preços módicos e mão de obra abundante e barata.

Apesar da grave crise de preços enfrentada nos anos 80 e princípio de 90, a cafeicultura na Chapada vem-se recuperando economicamente e ocupa a segunda posição na produção estadual.

Atualmente, a cultura cafeeira ainda tem presença marcante nos municípios de Utinga, Bonito, Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva, e vem empregando, nestas cidades, um contingente superior a 30 mil trabalhadores assalariados temporários (“bóias frias”) que emigram dos municípios vizinhos para trabalharem na colheita do produto, contribuindo desta forma para atenuar os efeitos da seca nestas áreas.

Embora a maioria das unidades produtivas sejam dotadas de infra-estrutura e equipamentos (secador e despoldador) para beneficiamento do produto, o mesmo não pode ser dito com relação ao tratamento dispensado à mão de obra proveniente dos municípios mais distantes, que é alojada, na sua maioria, em condições precárias nas barracas de lona instaladas nas fazendas.

A produção de café de melhor qualidade (tipo bebida fina) é adquirida por firmas exportadoras e destinada ao mercado de Vitória da Conquista, e uma pequena parte destina-se para Salvador sendo comercializada num Shopping na forma de café expresso. O café de menor qualidade é processado nas torrefadoras instaladas dentro e fora da Região.

Diante da perda na arrecadação de ICMS por parte dos municípios produtores de café que vêm o imposto do produto ser arrecadado em favor de outro município, além da sonegação fiscal do produto que vem sendo contrabandeado para outras cidades, alguns prefeitos tentaram restringir estes expedientes, mas tiveram que se curvar às evidências de que muitos destes intermediários são, ao mesmo tempo, produtores de café e integrantes de sua base de sustentação política.

Mas nem só de café vive a Chapada atualmente. No processo de implementação da diversificação produtiva e modernização

da agropecuária regional, deve-se mencionar a importância que passa a ter a fruticultura presente nos municípios de Bonito, Utinga, Seabra e Lençóis, seja na produção irrigada de morango, uva, laranja, limão tahiti, tangerina, pêssego, figo, goiaba, caqui, entre outros, seja na existência de duas agroindústrias especializadas na produção de abacaxi e banana passa, que destinam seus produtos para um mercado consumidor mais exigente e seletivo do ponto de vista da qualidade alimentar.

Este elenco de cultivos de elevado valor comercial traz também a vantagem de intensificar o emprego de mão-de-obra por unidade de área em tarefas diversas e regulares em curtos intervalos, além daquelas ligadas à pós-colheita: seleção, embalagem, rotulação, transporte, etc.

Estas atividades, levadas a efeito por uma agricultura familiar moderna ao lado de empresas agro-industriais, vêm ocupando importantes nichos de mercado com produtos de elevada qualidade destinados a consumidores de alta e média rendas de importantes centros urbanos da Bahia.

Como exemplo, pode-se colocar alguns produtores que, numa aproximação com a agricultura sustentável, realizam o aproveitamento integrado das culturas implantadas na propriedade através da utilização da mucuna, palha do café e do esterco de curral na adubação do morango; da florada do morango, café e laranja na cri-

ação de abelhas, e das folhas de morango, cenoura e repolho na criação de coelhos.

Os produtores ligados à fruticultura, além de disporem de vantagens naturais (clima, solo, topografia, recursos hídricos) propiciadas pela região, vêm investindo em tecnologia e recorrendo à assistência técnica dos melhores centros de pesquisa do país.

Tais iniciativas, associadas às vantagens locais (menores custos de transporte e maior conservação da qualidade do produto) de que dispõe a região, vêm fazendo com que estes produtores passem a ter melhores condições de concorrer com a produção frutícola *in natura* proveniente do Sul e Sudeste do país; isso ocorre pelo fato de produzirem durante quase todo o ano, assegurando, assim, a entrada em novos mercados pelo fornecimento regular de produtos recém colhidos (com melhor sabor) e de boa qualidade.

Esta conjunção de vantagens locais, associada àquelas proporcionadas pela qualidade dos recursos naturais, explica, em grande medida, a implantação recente na região de um grupo empresarial proveniente do dipolo Juazeiro–Petrolina, com experiência acumulada no cultivo irrigado de uva, morango e tomate.

No entanto, a fruticultura regional ainda enfrenta problemas. Além dos relacionados à infra-es-

trutura, observa-se a inexistência de uma indústria para beneficiamento da produção (sucos e polpas), e a baixa qualificação da mão de obra utilizada principalmente na etapa de arrumação e embalagem do produto.

A horticultura irrigada encontra-se distribuída nos vários municípios da Chapada Diamantina. Os municípios de Mucugê e, principalmente, de Ibicoara vêm se especializando no cultivo de batata inglesa, conduzido por grupos empresariais nacionais com experiência de pelo menos uma década no cultivo deste tubérculo, e no emprego de assistência técnica proveniente dos melhores centros de pesquisa do País, fato que tem contribuído sobremaneira para a elevação do padrão tecnológico utilizado nesta cultura.

Assim, não obstante o aproveitamento das vantagens comparativas decorrentes da localização da região em relação à produção do Sul e Sudeste e da utilização dos recursos naturais associada à tomada de medidas relacionadas à elevação do nível tecnológico pelos grupos empresariais, essa atividade vem experimentando os reflexos negativos advindos do processo de globalização econômica. Isto se traduz na perda do fornecimento semanal de batata inglesa para uma rede internacional de refeições rápidas (*fast food*), que passou a adquirir o produto junto a um exportador canadense que fornece via Mercosul o produto cortado, pré-co-

zido e congelado. Vale ainda ressaltar nesses municípios o processo em marcha de diversificação da horticultura irrigada, visto através do cultivo de alface (destinado totalmente para a mesma rede de *fast food*), repolho, cenoura, beterraba e cebola, além do cultivo da couve-flor, do brócolis e da acelga, em menor escala.

Outros municípios vêm se destacando na atividade hortícola irrigada, a exemplo, mais uma vez, de Bonito, Utinga, Seabra, Iraquara e Lençóis. Neste último município, é importante mencionar a existência de um projeto de envergadura cuja parte produtiva já se encontra em pleno funcionamento com os cultivos de milho verde, tomate, pimentão, repolho, couve e quiabo, que são comercializados na própria região e em Salvador.

Devido à utilização de posturas técnicas referenciadas na sustentabilidade ambiental (uso reduzido e controlado de agrotóxico, rotação de culturas, adubação orgânica, utilização de compostagem com minhocário, construção de silos, vacinação periódica, melhoria genética do rebanho, etc.), mais adequadas ao meio ambiente local e consideradas como modernas para a realidade regional, este empreendimento tem-se constituído quase em um local modelo e por isso mesmo vem recebendo a visita de vários produtores rurais.

Excetuando-se esta experiência e uma outra levada a efeito

numa fazenda localizada no município de Mucugê, a atividade pecuária regional caracteriza-se pela criação extensiva de bovinos de baixo padrão zootécnico, destinada sobretudo para corte e, em menor quantidade, para a produção leiteira e seus derivados (requeijão, queijo e manteiga) confeccionados em pequenas indústrias caseiras.

Vale mencionar que ao lado do surto recente de modernização tardia, a Chapada Diamantina também apresenta municípios com a base produtiva assentada em uma policultura de subsistência de pequena produção, disseminada nas zonas tipicamente de caatinga, de feijão macassar, milho, mandioca, caprinos e ovinos.

Com respeito à pecuária de médio porte, constata-se a presença de uma caprinocultura, criada em sistema de “fundo de pastos”. Este sistema de criação caracteriza-se pela existência de propriedades coletivas, onde se realiza um pastoreio comunitário extensivo de animais rústicos, cuja produção é destinada às feiras locais e ao autoconsumo familiar do pequeno criador.

Vale também destacar o baixo emprego de tecnologia prevalente no cultivo de cana-de-açúcar para o fabrico de rapadura, açúcar mascavo e, sobretudo, de aguardente de reconhecida qualidade. A produção de cana-de-açúcar é transformada nos mais de 100 alambiques artesanais, que produzem em torno de 8 mi-

lhões de litros de aguardente/ano. Esta produção, que envolve mais de 450 produtores de 45 comunidades rurais, é realizada em combinação com a pecuária, daí o fato de muitos produtores canavieiros (que são também comerciantes de aguardente e pecuaristas) utilizarem o bagaço da cana como ração para o gado.

O cultivo da cana está a requerer uma política de incentivo à produção, com rebatimentos no setor industrial, para o estabelecimento de uma tecnologia adequada à melhoria da qualidade do aguardente.

No tocante à atividade mineral, observa-se a presença da pequena mineração e suas implicações sociais. Sob a forma de garimpo predatório não vinculado ao setor de mineração, a cata de pedras preciosas, semipreciosas e ouro constitui uma forma de ocupação precária e sem estrutura tecnológica adequada de exploração econômica de minas potenciais.

O sistema de “catras”, que, por intermédio de dragas e motobombas, processa o desmonte hidráulico de barrancos, extraindo os minérios nos terraços aluviais, provoca sérios danos ambientais aos recursos hídricos de superfície, sendo o rio Paraguaçu um dos mais sacrificados por esta prática nociva de extração mineral, causando elevadas taxas de assoreamento do rio – o qual é responsável pela alimentação da Barragem de Pedra do Cavalo,

que fornece água para Salvador.

O agravamento dos problemas ambientais decorrente desta atividade mineira rudimentar – que já há algum tempo vinha dando sinais de exaustão, coloca-se em conflito frontal com o setor hoteleiro e turístico e reduz a capacidade de sustentabilidade regional – provocou uma ação conjunta dos governos federal e estadual, culminando com o fechamento dos garimpos mecanizados, em maio de 1996.

Enquanto a atividade garimpeira regional entra em declínio, fechando um ciclo de atividade econômica arcaica e clandestina que não recolhe tributos e sub-remunera a mão de obra, o segmento das rochas ornamentais, com grande potencial ainda a ser explorado na Região, vem assumindo importância no mercado nacional e sobretudo internacional. Face à tendência observada no deslocamento da indústria de rochas ornamentais para o Brasil pelas dificuldades crescentes de aproveitamento dos depósitos de outros países, em decorrência da exaustão de reservas, abre assim amplas possibilidades para a produção baiana.

Devido à importância e múltipla diversificação de padrões existentes na Chapada Diamantina, que responde pelas variedades singulares do Azul Boquira, Azul Macaúbas, Azul Imperial, Creme Bahia, Azul Quati, Azul Paramirim e Quartzito Rosa, as perspectivas de mercado são fa-

voráveis, desde que haja a formulação de um consistente programa de desenvolvimento setorial sob a forma de um complexo industrial, apoiado por uma ação de fomento através de promoção de investimentos para a produção e beneficiamento de pedras ornamentais e de infra-estrutura (principalmente, energia e transportes); assim haveria possibilidade de difusão de efeitos de encadeamento e verticalização de atividades nas áreas de extração, de forma a contribuir para a desconcentração e interiorização da economia regional.

Lamentavelmente, a estrutura atual de extração de rochas ornamentais na Chapada Diamantina configura-se como um “enclave” na economia dos municípios produtores de blocos, gerando apenas alguns poucos postos de trabalho e reduzidos efeitos na economia local.

Todavia, a exploração mineral, como vetor de geração de emprego e renda, deve ser precedida de estudos de avaliação de impactos sobre o meio ambiente.

Em relação ao turismo praticado na região, constata-se que esta atividade difere do turismo litorâneo por suas características ecológica e histórica e, principalmente, pela sua distribuição através dos municípios vocacionados, obedecendo à dispersão dos monumentos naturais no museu a céu aberto que é a Chapada Diamantina.

Assim, a área turística da Chapada Diamantina foi dividida em dois circuitos: o do diamante, do qual fazem parte os municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Seabra e Itaetê (Região do Paraguaçu), e o do ouro, formado pelos municípios de Rio de Contas, Piatã, Érico Cardoso, Jussiape e Livramento de Brumado (Região da Serra Geral).

A atividade turística tem como elemento de atração de um número cada vez maior de turistas o mais belo cenário paisagístico montanhoso da Bahia, formado por quedas d’água, grutas, cavernas, clima de montanha, diversidade botânica (com várias espécies vegetais extremamente raras e ainda não classificadas cientificamente), associado à riqueza do patrimônio arquitetônico traduzida na presença de sítios urbanos e nas ruínas de antigos povoados que evocam o auge da mineração.

Assim, o turismo também tem condições de constituir-se em elemento capaz de provocar a dinamização da economia regional, materializada não somente no setor de hospedagem, como também no abastecimento de gêneros alimentícios e bebidas, nos serviços de transporte, guias turísticos, no artesanato e no lazer em geral.

Considerando a necessidade de preservar e conservar estes importantes recursos ambientais e cênicos, bem como de orientar e

adequar as várias atividades humanas de forma que elas se desenvolvam de maneira compatível com as características ambientais prevaletentes na região, foram criadas três Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental – APA Maribus-Iraquara, a Área de Proteção Ambiental – APA Serra do Barbado; e o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Desde sua criação, estas unidades ainda não passaram pelo processo de regularização fundiária e tampouco tiveram seus planos de manejo implantados. Enquanto isto não acontece, enfrentam os mais variados problemas ambientais, a exemplo do que ocorre com o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que, há mais de dez anos, aguarda sua regulamentação cuja ausência vem provocando uma crescente ação antrópica. Tal ação, perpetrada pela exploração do garimpo, desmatamento de áreas de floresta nativa, coleta indiscriminada de espécies vegetais raras, especulação imobiliária, queimadas e caça de animais silvestres, compromete iniciativas de desenvolvimento sustentável para a região e dificulta a gestão governamental na sua fiscalização.

O diagnóstico sobre a infra-estrutura revela um déficit significativo tanto em relação à infra-estrutura básica como em relação à infra-estrutura de serviços.

Vale dizer que os projetos de investimentos governamentais,

em infra-estrutura de maior visibilidade, estão ocorrendo nas principais cidades integrantes dos circuitos turísticos, como forma de atração da iniciativa privada ligada a este setor.

No geral, os serviços básicos não atendem às mínimas necessidades da população. Com respeito ao saneamento básico, o abastecimento d'água é precário e de baixa qualidade com a existência de 42% dos domicílios urbanos e 92% dos domicílios rurais sem canalização interna, com a população abastecendo-se na rede geral com água captada de rios, poços, cisternas, etc. No tocante ao esgotamento sanitário, a situação se torna ainda mais dramática, com 96,7% dos domicílios urbanos e 99,7% dos domicílios rurais sem instalação de esgotos, prevalecendo as "soluções" individuais de esgotamento de dejetos através de rios, lagoas, etc., que deixam a população sujeita à ocorrência das mais variadas doenças ligadas à falta de saneamento básico. Com referência à coleta de resíduos sólidos, 60,8% dos domicílios urbanos e 99,8% dos domicílios rurais não têm o lixo coletado e a queima, o enterramento, a deposição em terrenos baldios ou em rios, lagoas, etc. são as formas encontradas pela população para o seu destino final.

Na questão educacional, a região apresenta uma taxa de analfabetismo de 44% e o corpo docente apresenta um contingente de 1/3 de professores leigos. O problema da educação na região

diz respeito aos baixos salários e, principalmente, à baixa qualidade do ensino básico. Para que se tenha uma educação de qualidade, faz-se necessária uma reforma no ensino básico em que se privilegie a qualificação e a melhoria salarial do professor, bem como o apoio à família do aluno carente, maior vítima da evasão escolar.

A situação da saúde revela sua precariedade nos altos índices de mortalidade infantil e na proporção de 0,20 médicos/mil habitantes, aquém da recomendada pela OMS – Organização Mundial de Saúde.

A malha viária apresenta estado de conservação lastimável em decorrência da falta de manutenção, principalmente no trecho da BR-242. Considerando que esta rodovia dá acesso a Lençóis, tal situação tem-se constituído em fator restritivo a um maior fluxo de turistas a este município e a cidades adjacentes.

A leitura do quadro energético mostra uma deficiente oferta de energia elétrica, acarretando limitações à ampliação das áreas a serem ocupadas com cultivos irrigados.

O grande déficit de infra-estrutura traz comprometimento às condições de saúde da população e ao próprio caráter sustentável do desenvolvimento, na medida em que afeta todo o ecossistema, agravado pelo esgotamento e contaminação de águas de super-

fície e pela deterioração das terras agrícolas. Também limita a capacidade produtiva regional principalmente com relação aos empreendimentos ligados à agricultura irrigada e ao turismo, restringindo assim a capacidade competitiva destas atividades e a melhoria das condições de vida da população regional.

Sustentabilidade regional: em busca da utopia numa Chapada que vai lentamente se pondo em movimento

O conjunto dessas atividades (agricultura irrigada, turismo e mineração), com potencial para imprimir uma nova dinâmica regional, requer mão de obra qualificada e padrões gerenciais modernos e eficientes ainda insuficientes na região. Assim, as atuais carências de recursos humanos regionais reduzem bastante a possibilidade de seu recrutamento de forma que a mão de obra profissionalizada quase sempre deve ser trazida de fora da região.

O conhecimento, enquanto recurso criado, só ocorre no momento em que as instituições públicas e privadas, que constituem um ambiente propício ao desenvolvimento do conhecimento, funcionam adequadamente.

Neste particular, pode-se afirmar que as instituições atuantes na Chapada Diamantina apresentam-se, em sua maioria, desarticuladas, com superposição

de funções, algumas delas defasadas em seus conteúdos; esta situação, além de dificultar qualquer processo de intervenção, vem repercutindo sobremaneira na qualidade dos serviços de educação, saúde, habitação, ciência e tecnologia, etc., e restringindo as alternativas de competitividade e sustentabilidade regional.

Apesar deste quadro não muito animador, observa-se o trabalho de instituições ligadas à qualificação da mão de obra em parceria com a Associação dos Empresários de Turismo da Chapada Diamantina. Nesta parceria, o SEBRAE e o SENAR devem ser destacados, entre outras instituições.

Com respeito à presença da universidade e dos órgãos de pesquisa, esta pode ser considerada ainda muito modesta – restringindo-se, quando muito, a trabalhos pontuais – principalmente quando se leva em conta a contribuição que estas instituições podem dar ao processo de desenvolvimento sustentável. Sobre os órgãos de pesquisa, ainda pode-se colocar que não existe programa de pesquisa voltado para a identificação dos problemas e para a colocação de alternativas, principalmente, com relação aos cultivos introduzidos recentemente na região. Tal situação tem levado os empresários ligados à hortifruticultura irrigada a contratarem serviços de consultoria de técnicos vinculados a centros de pesquisas e universidades de outros estados.

Os empresários vinculados tanto à atividade turística como à agricultura moderna – representados pela Associação dos Empresários do Turismo da Chapada Diamantina e pela Associação dos Irrigantes do Vale do Paraguaçu – também vêm demonstrando insatisfação com o desempenho administrativo dos tradicionais grupos políticos locais, representantes ainda de uma mentalidade conservadora, pelo fato deles se mostrarem resistentes e pouco operativos na tomada de algumas medidas diretamente vinculadas ao desenvolvimento das suas atividades econômicas. Na tentativa de verem seus interesses atendidos, esses empresários começaram a fomentar, articular e apoiar lideranças estreitamente sintonizadas com a defesa de suas posturas.

A perspectiva de alternância de grupos no poder aliada à incipiência da luta ambiental deve ser encarada como o fermento de futuras alianças para tornar possível a efetiva participação da sociedade regional, tanto na discussão das ações governamentais quanto na resolução dos seus problemas cotidianos.

O novo paradigma do desenvolvimento sustentável requer a redefinição das funções e papéis da esfera pública e privada, bem como o estabelecimento de relações de parceria entre elas, e, como decorrência, a presença de instituições ágeis, prestando serviços de qualidade, com legitimidade suficiente para estimular o

diálogo com a sociedade civil e, sobretudo, sintonizadas com as demandas apresentadas pelas novas atividades produtivas e consentâneas com o desenvolvimento regional.

A realização recente de eleições municipais, a posse e a formação do secretariado dos novos prefeitos constituíram-se em momentos importantes para que os atores ligados à questão ambiental na Chapada Diamantina inscrevessem, na agenda política local, a sua temática de forma mais ampla, fortalecendo assim a importância que poderá vir a ter uma gestão descentralizada e participativa das políticas agrícola, agrária e de meio ambiente, para um processo de desenvolvimento regional que seja verdadeiramente sustentável para todos.

Vale também destacar a ação do Poder Judiciário, principalmente através das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente na Chapada Diamantina que, diferentemente do comportamento conservador e da falta de familiaridade com o tema da parte de muitas de suas congêneres, adotou, com o apoio dos grupos ambientalistas, uma postura de independência diante do Poder Executivo (Governo Estadual) conseguindo assim impedir que o aeroporto de Lençóis fosse implantado num local situado no interior de uma área de proteção ambiental e ocasionasse os danos ambientais previsíveis.

Ainda em relação ao Executivo Municipal, constata-se que o processo de municipalização em curso, associado à necessidade que as prefeituras gerem receitas próprias para fazer face às despesas cada vez mais crescentes, obrigou os prefeitos a “cair na real (idade) administrativa”, passando a serem mais parcimoniosos nos gastos, a praticamente reativar tributos que não eram cobrados (para não contrariar interesses do eleitorado) e a tomar, ainda que timidamente, algumas medidas concretas no combate à evasão fiscal. Neste sentido, vale salientar a realização de algumas parcerias entre as prefeituras, a iniciativa privada e as entidades da sociedade civil, com vistas à pavimentação de estradas, à construção de hospital e até mesmo à forma de cooperação técnica com uma cidade italiana.

Experiências desta natureza, associadas à crise de recursos, deverão servir de estímulo para que as Prefeituras, pondo de lado suas mais variadas divergências, evoluam e se sintam estimuladas a atuarem conjuntamente, ou até mesmo na forma de consórcios municipais, no tratamento de questões que transcendam as suas fronteiras e lhes sejam comuns, a exemplo da gestão das unidades de conservação, tratamento do lixo, infra-estruturação dos circuitos turísticos, etc.

Esta ação conjunta poderá se aprofundar na medida em que as duas entidades representativas das Prefeituras da Chapada Dia-

mantina, a Associação dos Prefeitos da Chapada Diamantina Meridional e a AMUSB – Associação dos Municípios do Sudoeste da Bahia – discutam os problemas com a participação da sociedade civil e proponham o encaminhamento conjunto de propostas para solucioná-los. Tal postura poderá se constituir num dos primeiros passos para conferir a unidade política com vistas ao desenvolvimento regional do qual a Chapada tanto carece.

Do lado da sociedade civil regional, em que pese o cerceamento histórico a que esta ainda se vê submetida pelo coronelismo, deve-se mencionar a chegada de atores e idéias sintonizados com a questão ambiental; juntamente com os atores regionais, tornaram possível o surgimento de grupos ambientalistas, comissões e conselhos do meio ambiente.

O trabalho inicial destes atores foi cercado de obstáculos e incredulidade, e o depoimento de um dos diretores do Grupo Ambientalista de Palmeiras traduz muito bem esta situação: “Antes a gente plantava uma árvore e as pessoas vinham e arrancavam, hoje a gente planta e elas é que cuidam”. Posteriormente, estes atores tiveram papel destacado, dentre outros, na luta pela regulamentação do Parque Nacional, na preservação das nascentes, no combate aos incêndios que ocorrem freqüentemente, no trabalho de educação ambiental, na orientação aos produtores para a realização de queimadas controladas,

na coleta, destino final e aproveitamento do lixo para composto e na organização do turismo.

Graças ao trabalho destas entidades, observa-se que muitas comunidades adquiriram um maior conhecimento sobre os problemas e as potencialidades ambientais da área em que vivem, tornaram-se mais sensíveis à defesa do meio ambiente e capacitadas o suficiente para discutir as possíveis alterações a serem efetuadas nos projetos de desenvolvimento de forma a adequá-los às condições regionais de sustentabilidade.

Porém, deve-se reconhecer que na busca da sustentabilidade ainda há um caminho muito longo a percorrer, principalmente quando se trata de melhorar a vida daquele contingente populacional que se encontra no limite das condições de sobrevivência e que, face às injunções da pobreza, é forçado a sobreviver precariamente através dos recursos da terra e da exploração do meio ambiente.

O fechamento do garimpo traz à tona a discussão relacionada à morte anunciada de uma atividade tradicional e inscrita na história da região que, assim, passa a deixar o meio ambiente livre para que o ecoturismo – uma atividade maioritariamente externa, identificada com o moderno e que tem nos atrativos naturais sua principal matéria prima – ganhe espaço para expandir os seus negócios.

Diante desta e de outras mudanças que também trazem consigo novas visões de mundo, normas e valores, parte significativa da população regional, habituada a retirar da natureza boa parte de sua sobrevivência, vive hoje um tempo onde tudo lhe é proibido, além de passar a ser vista como delinqüente ambiental. Caçar, garimpar, coletar flores, queimar a lenha para produzir carvão (antes um costume voltado para complementar a sobrevivência), tudo isso hoje é pura contravenção.

Diante destes fatos, as pessoas se sentem lesadas, pois não lhes são proporcionadas outras alternativas de sobrevivência e percebem que, enquanto enfrentam este tempo de restrições, o setor ligado ao ecoturismo e à moderna agricultura irrigada recebe financiamentos significativos para seus empreendimentos. Esse processo de modernização, que resulta da necessidade de adequar as economias locais às exigências do mercado internacional num contexto de globalização, apresenta como contraface a exclusão de um grande número de trabalhadores que ficam à margem do mercado.

Como forma de reverter este quadro, fazem-se necessárias medidas que transcendam os projetos “caritativos aos desassistidos” e visem a melhoria efetiva das condições de vida da população através da geração de mais empregos produtivos, melhor distribuição de renda, amplo

acesso aos serviços sociais básicos e uma nova maneira de exploração dos recursos naturais. Caso nada seja feito, deve-se esperar o agravamento das agressões ao meio ambiente praticadas por trabalhadores que, na condição de deserdados das políticas públicas e vítimas da concentração fundiária, não têm obrigação alguma de preservar o meio ambiente, uma vez que precisam sobreviver e que a sociedade juntamente com o Estado pouco fazem para preservá-los como seres humanos.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR. Referências para a elaboração do programa de desenvolvimento da Chapada Diamantina. Salvador, 1995.
- EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA – BAHIAATURSA. Programa de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina. Salvador; s.d.
- GALVÃO, Antônio Carlos Filgueiras; VASCONCELLOS, Ronaldo Ramos. Elementos para Repensar o Planejamento Regional. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 1995, 70p.
- GUERRA, Osvaldo Ferreira; GONZALEZ, Paulo S. Hermida. Evolução Recente e Perspectivas para a Economia Baiana. *Revista Econômica do Nordeste*,

Fortaleza, v.27, n.º.1, p.37 – 76, jan./ mar.1996.

HABERMAS, Jurgen. O que significa socialismo hoje? In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.º.30, julho 1991.

HADDAD, Paulo. Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o nordeste: desenvolvimento endógeno. versão preliminar. Salvador: *Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR*. 1994. 778p.

O’CONNOR, James. *USA: A Crise do Estado Capitalista*. R.J. Paz e Terra. 1977

PAZ, Raul J. A Riqueza das Regiões: As Fontes da Propriedade Regional. Série CARTA DA CPE 30/94. Salvador, *Centro de Projetos e Estudos*. 1994. 41p.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice. 1986. 224p.